

Linguagem literária e linguagem jornalística: Cumplicidades e distâncias

Paula Cristina Lopes *
Universidade Autónoma de Lisboa

Literatura e jornalismo são dois modos de narração paralelos – e, por vezes, convergentes –, cuja coincidência fundamental assenta na utilização da palavra como utensílio de trabalho e da frase como veículo de pensamento. Estas construções narrativas – que estabelecem níveis de significação, veiculam mitos e arquétipos, constroem personagens e imagens, expressam acções e sentimentos – diferenciam-se pela intenção do discurso e convergem num mesmo ponto, o leitor, sempre com um mesmo propósito: comunicar.

Tanto num caso como no outro, a realidade expressa por palavras pressupõe manipulação, pressupõe a produção e difusão de uma versão de uma determinada realidade.

A literatura pode ser entendida como uma imitação pela palavra assente na ficcionalidade, que apresenta dois valores nucleares: o valor de significado (semântico) e o valor formal (de expressão linguística). Há manifestamente uma intenção estética, artística, altamente polissémica. Recorrendo a Yvette Centeno, podemos afirmar que aquilo que define o texto literário é, “mais do que a vontade de comunicação, a sua capacidade de significar”. Este texto vive “do que a mensagem contém e não do que ela simplesmente diz” (CENTENO, 1986: 55, 58). O texto literário emprega as palavras da língua com liberdade, recorrendo ao seu sentido conotativo ou metafórico.

E quanto ao texto jornalístico? O jornalismo pode ser entendido como uma imitação pela palavra assente na objectividade. O jornalista dedica-se “à actividade de contar um certo tipo de histórias verdadeiras, de contar um certo tipo de narrativas de realidade, e o seu mundo é, pelo menos originalmente,

*Mestre em Ciências da Comunicação e pós-graduada em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Professora na Universidade Autónoma de Lisboa e formadora no Cenjor, frequenta o Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE.

um mundo simples, feito de factos, acontecimentos e actualidade” (MENDES, 2001: 389). Eis a primeira grande diferença: o jornalismo tem, pelo menos em teoria, a missão de explicar acontecimentos, factos; a literatura tem por norma trabalhar factos ficcionais. Diz Cristina Ponte: “A referência ao mundo real poderia ser a pedra de toque na separação entre literatura ficcional e jornalismo. Essa referência é estruturante no jornalismo mas também está presente em muitos dos registos literários. A diferença está em grande parte no estilo e na forma com que apresentam essa referência ao real” (PONTE, 2004. 19-20). Os textos jornalísticos informativos concordam com valores como a simplicidade, a concisão e a vivacidade, respondem a um imperativo de clareza, de eficácia. O seu estilo é condicionado pelos fins informativos que persegue e pelas exigências do destinatário, o receptor da informação. A mensagem jornalística é, por princípio, referencial ou denotativa, isto é, na definição de Ricci Bitti e Bruna Zani, “consiste na troca de informações entre os interlocutores sobre o objecto ou referente. Habitualmente, toma-se como referente um facto do mundo exterior, um acontecimento acerca do qual um sujeito emissor deseja fornecer informações a quem o ouve” (BITTI, 1993: 60). A linguagem jornalística (informativa) é predominantemente substantiva: evita a complexidade gramatical e de vocabulário, recusando a utilização de adjectivos, advérbios, metáforas e outras figuras de estilo. No caso particular da notícia, a narrativa desenvolve-se segundo a técnica da pirâmide invertida e procura responder às seis questões fundamentais, formuladas há vinte séculos por Quintiliano: o quê, quem, quando, onde, como e porquê. Nelson Traquina diz-nos que “embora sendo índice do real, as notícias registam as formas literárias e as narrativas (news frames) utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas, aparentemente simples: quem?, o quê?, onde?, quando?, a necessidade de seleccionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento, são alguns exemplos de como a notícia, criando o acontecimento, constrói a realidade” (TRAQUINA, 1993: 168). Na mesma linha de análise, Elizabeth Bird e Robert Dardenne defendem que as notícias “fazem parte de uma prática cultural antiquíssima, a narrativa e o contar ‘estórias’, que parece ser universal (...) As notícias são um tipo particular de narrativa mitológica com os seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelo seu público” (TRAQUINA, 1993: 265). Mar de Fontcuberta desenvolve a ideia: “A forma de expressão denominada “estilo jornalístico” está relacionada com a necessidade sentida historicamente pelos escritores de adequar as formas de expressão literária da sua época ao principal objectivo da actividade profissional que é o jornalismo: transmitir notícias com economia de tempo e de espaço” (FONTCUBERTA, 1996: 94).

Mas o jornalismo é muito mais do que uma mera tarefa/rotina informativa. Pensemos nos textos jornalísticos opinativos, expressão de personalidade e de estilo, de uma forma de conceber o mundo. Será que podemos seguramente afirmar que a linguagem jornalística vale enquanto veículo de informação objectiva e a literária enquanto expressão de subjectividade? O teórico G. Martín Vivaldi sugere que “a grande diferença (jornalismo/literatura) está no propósito ou sentido da obra. (...) Mas, ainda assim, essa diferença é só aparente e discutível. Nem o jornalismo é somente mera objectividade, nem a literatura é pura subjectividade” (VIVALDI, 1993: 249).

Em relação ao meio de difusão ou suporte utilizado, livro ou jornal, M. McLuhan escreve que “o livro é uma forma privada e confessional que induz ao ‘ponto de vista’. O jornal é uma forma confessional de grupo que induz à participação comunitária. (...) Mas tanto o livro como o jornal são confessionais quanto ao carácter, criando o efeito de “estória” interior pela sua simples forma, descartado o conteúdo. Assim como a página do livro apresenta a “estória” interior das aventuras mentais do autor, a página do jornal apresenta a “estória” interna da comunidade em acção e interacção” (MCLUHAN, s.d.: 23-232).

Certo é que jornalismo e literatura andam lado a lado e partilham ferramentas para a construção narrativa. Como diz João Maria Mendes, “existe, ao nível da motivação e dos objectivos, e, também, ao nível da estrutura elementar, uma forte atracção entre modelos de narrativa ficcional e modelos de narrativa jornalística. Por um lado, (...) a narrativa tem sempre como objectivo fazer crer: fazer crer que está a contar com justeza a realidade, ou que é igualmente real aquilo que inventa. Por outro, a metodologia da exposição partilha uma estratégia de dramatização comum” (MENDES, 2001: 399). Em *Os Géneros do Discurso*, Tzvetan Todorov assegura que “nada impede que uma história, ao relatar um acontecimento real, seja tomada como literária; não é preciso mudar em nada a sua composição, mas simplesmente pensar que não nos interessa a sua verdade e que a lemos “como” literatura. (...) Se tudo o que é habitualmente considerado como literário não é forçosamente ficcional, inversamente, nem toda a ficção é obrigatoriamente literatura” (TODOROV, 1978: 16-17). Na mesma linha de análise, a académica e jornalista brasileira Nanami Sato explica que, “apesar da vocação para o “real”, o relato jornalístico sempre tem contornos ficcionais: ao causar a impressão de que o acontecimento está se desenvolvendo no momento da leitura, valoriza-se o instante em que se vive, criando a aparência do acontecer em curso, isto é, uma ficção. Além disso, o jornalismo, produto industrial, precisa de esquemas para a captação de notícias, dos quais a fonte é uma das principais” (CASTRO, 2005: 3-32).

Quanto à “construção da personagem”, recordemos, uma vez mais, as palavras de João Maria Mendes: “é inevitável a ficcionalização dos sujeitos reais, nas narrativas de realidade, porque o movimento narrativo é o mesmo – bem como a sua recepção –, no que toca à relação com o referente, na narrativa ficcional e na narrativa de realidade” (MENDES, 2001: 400).

De facto, é claro que a literatura pode usar (e usa frequentemente), como inspiração, factos/acontecimentos e “personagens” verídicos, e pode trabalhá-los com a liberdade que a palavra lhe confere. Muitos são os escritores que constroem as suas histórias a partir de acontecimentos reais [a título de exemplo, pensemos no caso do romance histórico]. E muito embora o jornalismo rejeite (pelo menos em teoria) a invenção de factos, procurando respeitar a sua veracidade, muitos são os jornalistas que constroem os seus textos utilizando técnicas próprias da literatura. Lembremos Ernest Hemingway, Truman Capote, Norman Mailer, Eça de Queiroz, Manuel António Pina, Fernando Dacosta... A este propósito, Mar de Fontcuberta fala mesmo da existência de uma “linguagem mista”: “A linguagem em jornalismo é, pois, uma “linguagem mista” em que todos os componentes têm um significado que deve contemplar-se como um todo. (...) A utilização dessa “linguagem mista” tem um objectivo muito claro: a eficácia comunicativa” (FONTCUBERTA, 1996: 99-100).

A escritora e jornalista Alice Vieira, em entrevista pessoal à investigadora, revela partilhar parcialmente a opinião de Fontcuberta e assume que “a disciplina e o rigor do jornalismo são muito importantes para a produção literária. No jornalismo, estamos habituados a um rigor de linguagem que é essencial para quem escreve literatura”. Mas acentua: “O jornalismo pode ser uma “escola”, não uma forma de literatura.”

Estamos certos (partilhando a opinião de Martín Vivaldi) de que o bom jornalismo é, enquanto exercício mental/criacionista, tão difícil, senão mais, do que a literatura. Por um lado, e como sintetiza Cristina Ponte, “ao tempo longo da escrita literária opõe-se o tempo curto da escrita jornalística” (PONTE, 2004: p. 20). Por outro, o escritor pode “lançar-se pelos caminhos da imaginação ou da fantasia criadora sem pensar na maior ou menor audiência do seu trabalho. Pode escrever para uma minoria selecta, pode escrever só para se satisfazer a si próprio. Pode fazer com a palavra o que quiser e quando quiser, considerando-a objecto manipulável. (...) O jornalista trabalha habitualmente “contra-relógio” e, em plena tensão, por vezes em febril agitação, enfrenta diariamente milhares de leitores das mais variadas classes e condições” (VIVALDI, 1993: 250). O jornalista não pode deixar de pensar no seu “público” porque, sem ele, deixaria de existir enquanto jornalista. Tem que se esque-

cer de si próprio para não cair na subjectividade individualista. “A dimensão comunicacional do jornalismo também afecta o seu estilo, um estilo afectado pela pressão dos constrangimentos externos, de tipo comercial ou do público potencial. O jornalista deve pensar no público a que se dirige antes de satisfazer escolhas pessoais, e escrever numa lógica comunicacional”, segundo Cristina Ponte (PONTE, 2004: 20) “A literatura, a criação literária, é um luxo; o jornalismo é uma necessidade” (VIVALDI, 1993: 250), diz Martín Vivaldi.

Recorramos a Lázaro Carreter (FONTCUBERTA, 1996. 94-95) para uma delimitação mais precisa:

1. “Ao escritor não urgem necessidades práticas imediatas; no jornalismo são pressionáveis (um escritor pode passar anos a escrever um texto, o jornalista tem que realizar o seu trabalho num prazo temporal breve e improrrogável)
2. O escritor dirige-se a um receptor universal, sem rosto; o jornalista, ainda que o jornal tenha uma vasta audiência, escreve para receptores bastante concretos, cujo núcleo é pouco variável
3. A mensagem literária actua sem limites de espaço e de tempo; o jornalista perde eficácia e desvanece-se fora das coordenadas espaço-temporais que definem a actualidade (um ensaio pode ocupar mil páginas e continuar a ter valor séculos depois de escrito. O jornalismo morre cada dia, cada hora, e deve delimitar-se num espaço e tempo rigorosamente impostos)
4. O leitor de literatura não é motivado por necessidades utilitárias, ao contrário do que acontece com o leitor de jornais
5. Ao contrário das obras literárias, que actua em situação de leitura diversa para cada leitor, o jornalista e os seus leitores vivem forçosamente nas mesmas circunstâncias de espaço e tempo. Diariamente, retomam o contacto comunicativo interrompido no dia anterior
6. O jornalista não pode esquecer-se do carácter pragmático das suas mensagens, esforçando-se por eliminar o que, em teoria da comunicação, se denominam “ruídos”, perturbações no circuito. Tais perturbações são, pelo contrário, elementos de grande importância para a existência de uma comunicação literária.”¹

¹ Tradução nossa.

Tentemos sistematizar conceitos e encontrar mais algumas características diferenciadoras. Como refere Salvato Trigo, “emerge já uma diferença entre o literário e o jornalístico: à constante referencialidade deste opõe aquele um discurso mais empenhado em agir sobre o destinatário, fazendo-o aderir por simpatia lexical ou imagética ao mundo verbal que é a literatura” (AAVV, s.d.: 12). Por outro lado, António Rangel Bandeira afirma como diferença fundamental o carácter efémero do texto jornalístico: “A arte, a literatura, cria obras acabadas e insuperáveis; o jornalismo cria obras transitórias inacabadas” (AAVV, s.d.: 75) Othon Garcia salienta que “a descrição técnica apresenta muitas das características gerais da literária, porém, nela se sublinha mais a precisão de vocabulário, a exactidão dos pormenores e a sobriedade da linguagem do que a elegância e os requisitos de expressividade linguística. A descrição técnica deve esclarecer, convencendo; a literária deve impressionar, agradando. (...) Uma é predominantemente denotativa; a outra, predominantemente conotativa. (...) O que distingue estas duas formas de composição é o objectivo e o ponto de vista (...) O ponto de vista é tão importante como o objectivo: dele dependem a forma verbal e a estrutura lógica da descrição” (GARCIA, 1992. 387, 388). Segundo R. Wellek e A. Warren, “existe uma outra diferença importante entre a linguagem literária e a científica: na primeira, o próprio signo, o simbolismo sonoro da palavra, é acentuado” (WELLEK e WARREN, s.d.: 25).

Em resumo, Barbara Phillips diz que “enquanto o artista literário tenta fornecer um quadro da realidade, tentando resolver as contradições entre as aparências e a realidade, entre o particular e o universal, o repórter tem um objectivo diferente: apreender o momento, captar a história no seu momento presente” (TRAQUINA, 1993: 327). Elvo Clemente apresenta-nos um quadro sistematizado e comparativo (AAVV, s.d.: 72):

«JORNALISTA	ESCRITOR
Artífice da palavra	Artífice da beleza da palavra
Poeta do facto e da notícia	Garimpador do dia-a-dia nas pérolas do quotidiano
Actividade ancorada na realidade e verdade	Actividade do sonho, da sensibilidade
Dominador da língua para a fidelidade na informação, sempre a verdade	Malabarista da língua, sempre a beleza
Auscultador do homem e da vida para indicar novos rumos dentro da realidade	Escafandista do coração e do íntimo do homem, pela intuição, na viagem ao velódromo da beleza
Força da realidade	Força da imaginação
Testemunha dos factos	Olheiro do sonho e da vida.»

Apesar das diferenças enunciadas, alguns teóricos da comunicação consideraram o jornalismo como uma forma de literatura. António Olinto admite

o jornalismo como “uma espécie de literatura” (MOISÉS, s.d.: 155), Alceu Amoroso Lima afirma-o como “género literário” (MOISÉS, s.d.: 156), António Rangel Bandeira explica que “há uma literatura que não é jornalística; há também um jornalismo que não é literário” (AAVV, s.d.: 76), Martínez Albertos diz que “a linguagem jornalística constitui, por si mesma, um estilo literário específico” (ALBERTOS, 1982: 11) e Baptista-Bastos refere que o jornalismo é “uma disciplina superior da literatura”². Martín Vivaldi afirma que “o jornalismo é também literatura. É um novo género literário que nasceu em torno da notícia, como núcleo essencial”, para mais adiante concluir: “o jornalismo não é uma arte literária menor, é uma arte literária diferente” (VIVALDI, 1993: 249-251).

1 Bibliografia

- AAVV, *Jornalismo e Literatura*, Lisboa, Vega, s.d.
- ALBERTOS, José Luís Martínez, *Redacción Periodística*, 2ª edição, Barcelona, A.T.E., 1982
- BITTI, Pio Ricci e ZANI, Bruna, *A Comunicação Como Processo Social*, Lisboa, Estampa, 1993
- CENTENO, Y. K., *A Alquimia do Amor*, Lisboa, Regra do Jogo, 1986
- FONTCUBERTA, Mar de, *La Noticia – Pistas para Percibir el Mundo*, 2ª Edição, Barcelona, Paidós, 1996
- GARCIA, Othon, *Comunicação em Prosa Moderna*, 15ª edição, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992
- GOMES, Adelino, “*Jornalismo, Literatura, A Relação Ambígua*”, in *Público*, 4 de Junho de 1994
- MCLUHAN, Marshall, *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*, 5ª edição, São Paulo, Cultrix, s.d
- MENDES, João Maria, *Por Quê Tantas Histórias – O Lugar do Ficcional na Aventura Humana*, Coimbra, Minerva, 2001
- MOISÉS, Massaud, *A Criação Literária*, 15ª edição, São Paulo, Cultrix, s.d

² GOMES, Adelino, “*Jornalismo, Literatura, A Relação Ambígua*”, in *Público*, 4 de Junho de 1994

- PONTE, Cristina, *Leitura das Notícias – Contributos para Uma Análise do Discurso Jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004
- SATO, Nanami, “Jornalismo, Literatura e Representação” in CASTRO, Gustavo de; CALENO, Alex, *Jornalismo e Literatura*, 2ª Edição, São Paulo, Escrituras, 2005
- TODOROV, Tzvetan, *Os Géneros do Discurso*, Lisboa, Edições 70, 1978
- TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, 1993
- VIVALDI, G. Martín, *Géneros Periodísticos*, 5ª Edição, Madrid, Editorial Paraninfo, 1993
- WELLEK, René e WARREN, Austin, *Teoria da Literatura*, 5ª edição, s.l., Europa-América, s.d